

O PAPEL DAS TRADUÇÕES NA HISTORIOGRAFIA DAS LÍNGUAS

Cristine Gorski Severo

Universidade Federal de Santa Catarina

Luiz Henrique Queriquelli

Universidade do Sul de Santa Catarina

RESUMO: Objetiva-se apresentar uma perspectiva de abordagem da historiografia das línguas que contemple o papel das traduções de textos orais e escritos como motivadoras de processos de consolidação, normatização, variação e mudança das línguas. Para tanto, argumenta-se a favor de um diálogo interdisciplinar entre três campos do saber: A Linguística Histórica, a Sociolinguística e os Estudos da Tradução. Como ilustração da presente proposta, são discutidos três casos de tradução que envolvem relações interculturais com efeitos linguísticos, discursivos e políticos específicos: as traduções do testamento de Afonso II, a tradução da Bíblia por Lutero e as traduções religiosas no Brasil colonial.

PALAVRAS-CHAVE: tradução; historiografia das línguas; interculturalidade; poder; discurso.

ABSTRACT: The aim of this paper is to provide an approach to the historiography of languages that addresses the role of translations of oral and written texts in the processes of consolidation, standardization, and language variation and change. Therefore, it is argued in favor of an interdisciplinary dialogue between three fields of knowledge: Historical Linguistics, Sociolinguistics and Translation Studies. As an illustration of this proposal, we discuss three cases of translation involving intercultural relations with linguistic, discursive and political effects: the translations of Afonso II's will, the Bible translation by Martin Luther and the religious translations in colonial Brazil.

KEYWORDS: translation; historiography of languages, interculturality, power, discourse.

Introdução.

Neste artigo, buscamos refletir sobre o papel desempenhado pelas traduções na história de constituição, consolidação, variação e mudança das línguas. Nesse contexto, consideramos a tradução como uma prática constitutiva dos diferentes tipos de relações estabelecidas entre variados povos e culturas. Tomamos a diversidade e a pluralidade linguística e cultural como fatos inerentes ao processo tradutório, uma vez que “[...] é por homens falarem línguas diferentes que a tradução existe.” (RICOEUR, 2005, p. 24). Evidentemente, diferentes motivações conduziram e conduzem ao processo tradutório, entre as quais estão interesses administrativos, econômicos, culturais, colonizatórios, religiosos e políticos; podemos citar, por exemplo, a busca pelo acesso a textos sagrados (a tradução da Bíblia), as batalhas militares (Cruzadas, revoluções, guerras), o comércio entre sociedades distintas, a cristianização de povos colonizados, a expansão de uma identidade linguística e literária nacional, entre outras. Notamos, com isso, que a história das traduções é diretamente afetada por questões políticas e identitárias e envolve a relação entre as línguas e os povos, seja para fins de dominação, seja para fins de resistência. Afinal, não há como negar que “[...] sempre se traduziu: sempre houve mercadores, viajantes, embaixadores, espiões, para satisfazerem a necessidade de expandir os intercâmbios humanos.” (RICOEUR, 2005, p. 58).

A história da língua contada pela história das traduções possibilita revelar a maneira pela qual as relações interculturais e as relações de poder foram (e são) constitutivas da dinamicidade de uma dada língua, afinal de contas “[...] a tradução é um canal aberto, geralmente não sem relutância, através do qual influências estrangeiras podem penetrar na cultura nativa, desafiá-la e até mesmo contribuir para subvertê-la”¹ (LEFEVERE, 2003, p. 2). A vertente da historiografia das línguas que valoriza a dimensão sócio-histórica reivindica a importância do conhecimento da dinâmica política, cultural e social dos povos para se compreender uma certa dinâmica da língua, conforme apresenta Mattos e Silva em relação ao seu diagnóstico sobre a linguística histórica brasileira (2004, p. 29):

1 “[...] *translation is a channel opened, often not without a certain reluctance, through which foreign influences can penetrate the native culture, challenge it, and even contribute to subverting it.*” As traduções no textos são de responsabilidade dos autores.

Amplia-se na linguística brasileira o interesse pela linguística histórica na sua acepção mais ampla, a de abarcar não só a “história interna” das línguas, mas também a sua “história externa”. Retomando essas designações que remetem para o século XIX, quero dizer que, para além das mudanças linguísticas no interior das estruturas ao longo do tempo, voltam a nos interessar os contextos sociais históricos em que essas mudanças se processaram e processam.

Desse modo, a História da Língua, enquanto disciplina acadêmica, sempre se serviu, por um lado, de uma história social para explicar aspectos externos e, por outro lado, da filologia e de uma certa linguística para explicar aspectos estruturais. Nota-se que os manuais de história da língua portuguesa têm priorizado a descrição e explicação estrutural para fenômenos de mudança e para a consolidação de uma dada língua; com isso, “[...] questões lexicais e aspectos da história externa da língua ficam em segundo plano” (NOLL, 2008, p. 13). Tal hierarquização de níveis é ratificada pela constatação feita por Lucchesi, Baxter e Ribeiro (2009, p. 29, grifo dos autores) sobre a historiografia do português brasileiro:

[...] a grande maioria das análises publicadas sobre a **história do português brasileiro** sequer menciona o **contato entre línguas** e, quando o fazem, é para negá-lo, fundamentando-se metafisicamente em uma “*deriva secular*”, que regeria uma estrutura linguística hipostasiada e abstraída das relações históricas que a enformam e das suas condições concretas de uso e transmissão.

Por isso, em certa medida, a história da língua vem sendo tradicionalmente a história da gramática, dos sons e do léxico de uma língua a partir da descrição e análise comparativa de textos remanescentes. A maioria dos trabalhos dessa área subestima aspectos discursivos e, por tabela, marginaliza o papel político, cultural e identitário das traduções na constituição e consolidação de uma língua.

Diante desse fato, este artigo não busca problematizar a cisão (história interna *vs.* externa) instaurada nos estudos historiográficos da língua e nem, tampouco, desconsiderar os avanços alcançados por ambas as vertentes para a compreensão da formação dinâmica das línguas. Pretende-se, sim, refletir sobre como seria recontar a história de uma língua a partir de um outro viés, que recoloca a importância dos contatos interculturais e, com isso, das traduções nos processos de formação, consolidação e mudança das línguas.

Dessa maneira, a fim de ilustrar o quão produtivo pode ser estudar as traduções para compreender a formação de uma língua, serão apresentados três casos considerados simbólicos para o assunto em questão: a tradução da Bíblia

feita por Lutero, publicada em 1534, tida como crucial para a consolidação do alemão moderno; as diferentes “cópias”, feitas em 1214, do Testamento de Afonso II, o primeiro documento real conhecido datado e escrito em português, que reflete uma série de aspectos-chave para o entendimento da fase inicial dessa língua; e o papel das traduções religiosas no período colonial brasileiro. Trata-se de casos de naturezas e com finalidades diferentes, protagonizados por sujeitos situados em contextos bastante distintos, mas, a despeito de todas as diferenças que se possa levantar, envolvem traduções que cumpriram papel importante em relação à história das línguas.

A seguir apresenta-se uma breve discussão teórica sobre os estudos de historiografia da língua e o papel da tradução para, então, prosseguir à discussão dos três casos mencionados.

1. Sobre a história da língua e o papel da tradução: por uma perspectiva interdisciplinar.

Sobre a História da Língua como uma disciplina acadêmica, há quem a veja como um modo de abordar os fenômenos evolutivos da língua, e tanto pode ser considerada parte integrante da Linguística Histórica, como da História propriamente dita. É o que se depreende, por exemplo, da definição que Ivo Castro (1991, p. 15) propõe sobre a disciplina: “[...] o estudo das relações estabelecidas entre uma língua e a comunidade que a fala, ao longo da história dessa comunidade”. Pode-se inferir dessa definição também um conceito de língua como instrumento de comunicação a serviço dos membros de uma sociedade. A despeito dessa definição de caráter mais funcional e dinâmico, um olhar panorâmico sobre os principais manuais de história da língua mostra que os estudos linguísticos de historiografia da língua têm priorizado focalizar o léxico, as regras de funcionamento da morfologia e da sintaxe, o modo de produção dos sons e a relação entre as unidades que constituem o sistema fonológico. A propósito, dentre todos esses aspectos estruturais mutáveis, os mais reveladores de mudanças linguísticas talvez sejam os fonéticos e fonológicos. Isso provavelmente explica por que os primeiros linguistas conferiram tanta atenção a eles.

Nos trabalhos dos linguistas histórico-comparatistas do século XIX, como William Jones, Thomas Young, Rasmus Rask, Jakob Grimm, Franz Bopp, August Schlegel e August Schleicher, o que mais encontramos são tentativas de inferir regras gerais de mudança fonológica que explicassem as formas de uma ou outra família linguística e possibilitassem a reconstrução dos processos de

transformação dos vocábulos (os metaplasmos) e a reconstrução de vocábulos de línguas já desaparecidas, como o indo-europeu, por exemplo (ROBINS, 1983). Portanto, num primeiro momento, a História da Língua foi a história do sistema dos sons das línguas antigas e dos processos morfofonológicos que constituíram os seus léxicos. Porém, uma vez compreendidos a fonologia, a morfologia e o léxico, imediatamente voltava-se a atenção para aspectos sintáticos e semânticos e, assim, a partir de tais reconstruções, os estudiosos da área buscavam propor princípios gerais de regularidade das mudanças entre as línguas e no interior de uma língua.

Todo esse projeto ganhou novo fôlego na década de 1960, com o reconhecimento de que a regularidade não implica comportamentos homogêneos, unânimes e simultâneos por parte de todas as unidades suscetíveis de serem afetadas pela mudança dentro de uma língua (MATTOS e SILVA, 1999). A Sociolinguística, cujas bases foram apresentadas no célebre ensaio “Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística” ([1968] 2006), de Weinreich, Labov e Herzog (doravante WHL), mostrou que as línguas não mudam em bloco e que uma língua, um dialeto e até mesmo um idioleto não são homogêneos, mas comportam variedades internas que são parte integrante do sistema. Ademais, as regras que determinam as mudanças linguísticas não são categóricas, mas também variáveis e passíveis de serem sistematizadas; e as motivações para as mudanças da língua são tanto externas ao sistema como internas a ele. WLH (1968) definiram, em sua obra fundante, os cinco problemas com os quais os estudos de variação e mudança deveriam, por fim, lidar: os fatores condicionantes, o encaixamento, a avaliação, a transição e a implementação. Nesse contexto, os processos tradutórios poderiam favorecer a compreensão das motivações e das condições envolvidas na mudança linguística.

Conforme reconhece Castro (1991, p. 14), a influência dos conceitos e métodos da Sociolinguística na Linguística Histórica

[...] tem vantagens mútuas: a sociolinguística procura, e encontra, nos estados passados de uma língua os dados que podem validar ou invalidar as hipóteses que formulou para explicar uma mudança atualmente em curso; e a linguística histórica tem a possibilidade, que até aqui lhe escapava, de ver processarem-se perante os seus olhos mudanças análogas àquelas que se deram no passado, e que apenas podia conjecturar.

Contudo, parece-nos que a Sociolinguística não chega a alterar o objeto de estudo da Linguística Histórica: ambas estão preocupadas com a dimensão

estrutural das línguas naturais, admitindo interferências tanto sociais como estruturais na dinâmica desses sistemas. A despeito do enfoque estrutural, qualquer linguista histórico muito provavelmente já se intrigou com o fato de que a maioria dos textos nos quais se baseia para descrever a gramática de uma língua em determinada época são textos muito específicos: textos de notários (notificações legais, notícias etc.), cartas, textos administrativos, testamentos, textos religiosos, textos literários, entre outros.

Isso nos força a assumir que estamos, em certa medida, sendo interpelados por uma outra história: a história desses gêneros, das suas condições de produção e circulação, das pessoas que os produziram, dos seus destinatários, da sua composição interna, das suas regularidades linguístico-discursivas etc. Mesmo que queiramos continuar a fazer a história da gramática das línguas naturais, temos que admitir que estamos fazendo a história da gramática da língua ou das línguas presentes nesses textos específicos. Ou seja, a língua se organiza de uma dada maneira a partir do gênero discursivo em que se inscreve. Nesse sentido, são bastante pertinentes as palavras de Bakhtin (1952-1953, p, 286) quando afirma que

Os enunciados e o tipo a que pertencem, ou seja, os gêneros do discurso, são as correias de transmissão que levam da história da sociedade à história da língua. Nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode entrar no sistema da língua sem ter sido longamente testado e ter passado pelo acabamento do estilo-gênero.

Com isso, a história de uma língua implica a história dos gêneros discursivos – entendidos como modos relativamente estáveis de interação sócio-verbal – de uma dada comunidade linguística e em um dado contexto sócio-histórico. Essa perspectiva discursiva, que prioriza os processos de produção e veiculação dos sentidos no texto/enunciado, não desconsidera a dimensão estrutural da língua, mas a considera como efeito de uma dinâmica maior, que envolve aspectos sociais, culturais, históricos e políticos. É nessa perspectiva que se defende a importância das traduções – como traduções de culturas e modos verbais de organização de uma dada sociedade – para se compreender a dinâmica das línguas. Assim, assumimos a visão de que “[...] a tarefa do tradutor não vai da palavra para a frase, para o texto, para o conjunto cultural, mas no sentido inverso: impregnando-se de amplas leituras do espírito de uma cultura, o tradutor volta a descer do texto para a frase e para a palavra.” (RICOEUR, 2005, p. 58). Nesse sentido, o processo de tradução envolve relações interculturais que

afetam tanto a língua e cultura de partida, como a língua e cultura de chegada.

Pelo que expusemos até aqui, acredita-se que a abordagem do papel da tradução na historiografia das línguas faz abrir um novo campo de pesquisa interdisciplinar, que inclui um diálogo entre três áreas: os Estudos da Tradução, a Linguística Histórica e a Sociolinguística. Parece-nos impossível conferir um tratamento apropriado aos problemas de tradução que emergem na história das línguas sem considerar os conhecimentos e ferramentas já construídos por essas três áreas, embora, por questões de limites textuais, não tenhamos a pretensão de discutir e apresentar uma proposta teórica de interface entre esses três campos do saber. Contudo, pretende-se tornar esse argumento mais palpável a partir da descrição de casos concretos envolvendo o papel da tradução na organização, normatização e circulação das línguas.

A seguir, tendo em mente as motivações discursivas, políticas e culturais para as traduções de textos, são apresentados três casos de tradução que tiveram implicações para história das línguas envolvidas.

2. O papel da tradução para a história da língua: três casos ilustrativos.

Na história das línguas, podemos encontrar diferentes casos de traduções que exerceram um papel crucial na consolidação política, identitária e cultural dessas línguas. Citamos, por exemplo, a tradução do grego para o latim da Odisseia de Homero feita por Lívio Andrônico, em 240 a.C., que inaugurou a literatura latina e serviu de modelo de língua para muitos poetas latinos e – por que não? – falantes de latim que vieram depois; a tradução do Antigo Testamento do hebraico para o latim feita por São Jerônimo, cerca de 400 d.C., que serviria de modelo para o latim eclesiástico praticado dali em diante; e, principalmente, a tradução da Bíblia feita por Martinho Lutero, em 1534, que notoriamente contribuiu para estabelecer o alemão moderno. Também, há que se considerar o papel político desempenhado pelas traduções no período de colonização, fato que produziu efeitos sobre os modos de circulação, normatização e consolidação das línguas e das culturas nos diferentes espaços geopolíticos colonizados.

Nota-se, de forma geral, dois movimentos aparentemente antagônicos produzidos pelos processos tradutórios: um centrífugo, que motiva a estratificação de uma língua, produzindo variedades linguísticas; e outro centrípeto, que condiciona a normatização e estabilização de uma língua. Exemplificando, na história da língua portuguesa, um caso de movimento centrífugo diz respeito ao Testamento de Afonso II, de 1214, um documento de grande valor, considerado

o primeiro documento real escrito em português. Desse documento, restaram duas das treze cópias feitas e distribuídas por diferentes entidades. Cada uma das treze cópias originais era destinada a uma região específica do reino. As duas cópias que restaram, em muitos momentos, parecem estar escritas em línguas diferentes, embora se trate de uma estratificação da língua portuguesa em variedades diferentes. Como veremos adiante, as cópias desse testamento consistiram em translações conscientes de textos, visando a línguas-alvo específicas. Já o movimento centrípeto pode ser exemplificado com os casos mencionados anteriormente, de tradução da Odisseia de Homero por Lívio Andrônico, do Antigo Testamento por São Jerônimo e da Bíblia por Lutero.

Tanto naqueles casos em que traduções constituem marcos na promoção da diversidade linguística, quanto nestes casos em que a tradução motiva a normatização de línguas, temos a figura do tradutor e o papel da tradução como implicados em processos de estabilização, variação e mudança das línguas. Esses dois pontos parecem ser centrais para pensarmos o problema da tradução na história das línguas. Para refletir sobre eles, serão apresentados alguns detalhes do caso do Testamento de Afonso II, da Bíblia de Lutero e dos textos religiosos no período colonial brasileiro.

2.1 As cópias do testamento de Afonso II.

O Testamento de Afonso II, datado de 27 de junho de 1214, é o primeiro documento real conhecido escrito em língua portuguesa. Conforme Avelino de Jesus da Costa (1979), seu autor, D. Afonso II, quando o escreveu, tinha apenas 28 anos de idade e pouco mais de três anos de reinado. Ele era, porém, uma pessoa muito doente e decidiu fazer esse testamento para garantir a paz e a tranquilidade da família e do reino, no caso de morrer prematuramente. Afonso II tomou providências para garantir a sucessão pela via masculina ou, na falta desta, pela filha mais velha. Além disso, no caso de uma possível menoridade do herdeiro, ele confiou ao Papa a proteção de seus irmãos e do reino. Segundo Costa (1979, p. 308):

Na disposição dos bens, além da rainha, dos filhos e filhas, contempla o Papa, as dioceses galegas de Santiago de Compostela e de Tui, alguns mosteiros e Ordens militares. Das dioceses portuguesas contemplou apenas a de Idanha, bispos de Coimbra, Évora, Lamego, Lisboa, Porto e Viseu, além de outras pessoas, de executarem as suas disposições testamentárias.

As treze cópias do testamento destinavam-se, portanto, aos herdeiros dessas diferentes regiões do reino. As duas cópias remanescentes eram destinadas ao arcebispo de Braga e ao arcebispo de Toledo. Afonso II fez ainda outros dois testamentos, ambos redigidos em latim; um datado de 1218, e o outro, de 1221. As duas cópias escritas no vernáculo apresentam diferenças consideráveis:

- a) Ambas foram escritas por mãos diferentes, como se pode observar pelo tipo e corpo de letra que em cada uma delas aparece (não estão identificados os copistas).
- b) A cópia de Braga (doravante B) tem 27 linhas, e a de Toledo (doravante T), 37 linhas.
- c) Alguns sons são representados com grafias diferentes em uma e outra.
- d) Também divergem certas formas linguísticas (ordem de palavras, sinônimos etc.).

Costa (1979, p. 311) defende que as cópias foram feitas a partir de um ditado simultâneo: “As variantes entre os exemplares [...] levam a supor que o original do testamento foi ditado para serem simultaneamente escritos vários exemplares por diferentes notários.” Castro (1991) não descarta essa hipótese de Costa, mas, considerando uma série de diferenças radicais entre os dois textos, defende que elas derivam ou de uma tradução a partir de um original em latim ou a partir de um original escrito no vernáculo então falado na capital do Reino (Coimbra). Algumas dessas diferenças destacadas por Castro (1991, p. 194-196) são as seguintes:

a) Variação na ordem das palavras:

(linha 2)	B	meu reino e me(us) uassalos
	T	meus uassalos e meu reino
(linha 9)	B	todas mias devidas
	T	mias deuidas todas
(linha 21)	B	out(ras) cousas
	T	cousas outras;

b) Variação entre vocábulos e sua ausência:

(linha 6)	B	do arcebispo de Santiago
	T	do de Santiago
(linha 8)	B	se a raina morrer
	T	se a reina dona Vrr(aca) morrer
(linha 8)	B	Da out(ra) meiadade

	T	Da outra mia meiadade
(linha 8)	B	fazã desta guisa
	T	facan ende desta guisa
(linha 12)	B	no dia
	T	en dia
(linha 12)	B	ssi eu en
	T	se en
(linha 13)	B	en'os out(ro)s logares
	T	en outros logares
(linha 18)	B	q(ue) os de ... aq(ue)stes
	T	q(ue) os de ... a aq(ue)stes
(linha 18)	B	todos nō poderem
	T	nō pode(er)en
(linha 24)	B	mãdo aq(ue)les
	T	mãdo a aq(ue)les
(linha 25)	B	come outra
	T	como a outra
(linha 26)	B	facer guarda
	T	faco eu aguardar;

c) Variação entre vocábulos:

(linha 7)	B	como uirẽ por directo
	T	como uiren por guisado
(linha 8)	B	aq(ue)stas
	T	estas
(linha 16)	B	e dito
	T	e nomeado
(linha 17)	B	se alguus de me(us) filios ouuerẽ
	T	se alguno de meus filios ouuer
(linha 20)	B	no meu logar
	T	no meu logo
(linha 26)	B	nouea
	T	nona

A despeito das preferências pessoais de um e outro copista, certas variações de formas linguísticas atestam a existência de dialetos significativamente diferentes – tão diferentes entre si quanto o são hoje o galego, o português, o espanhol e o catalão. É interessante observar que Braga se encontra no extremo norte do território português, na divisa com a Galícia, próxima a Guimarães e ao Porto, e Toledo fica no centro do território, entre Coimbra e Lisboa. Pouco tempo antes do momento em que se escreve o Testamento, a capital tinha sido

transferida de Guimarães para Coimbra. Isso significou a independência política de Portugal e também a independência linguística em relação ao galego-português. Disso podemos inferir que a cópia destinada a Braga é escrita em um dialeto mais próximo do galego-português do que a cópia destinada a Toledo, fato que ilustra a promoção da estratificação linguística de uma língua, com variedades e variantes linguísticas emergindo no processo tradutório.

De um modo geral, a língua da cópia destinada a Toledo é muito mais próxima do atual português brasileiro do que a língua da cópia destinada a Braga, seja em aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos, lexicais e semânticos, seja em aspectos discursivos. Análises aprofundadas dessas diferenças podem ser encontradas não apenas em Avelino de Jesus da Costa (1979) e Ivo Castro (1991), mas também em Edwin Willians ([1938] 1975), Joseph Huber ([1933] 1986), Ana Maria Martins (1985), Anthony Naro ([1971] 1973) e Joseph Maria Piel (1942). A partir dessas análises, o que se pode afirmar é que – tenham sido essas cópias feitas a partir de um ditado, a partir de um original latino, ou partir de um esboço escrito num dialeto vernáculo (provavelmente de Coimbra) – estamos diante de um caso de tradução deliberada pelo copista-tradutor. Cada um dos copistas-tradutores evidentemente sabia que o público-alvo da sua cópia falava uma língua distinta e respeitou as particularidades dessa língua.

2.2 A Bíblia de Lutero.

Não apenas a tradução da Bíblia de Lutero, publicada em 1534, mas toda tradução da Bíblia para outras línguas foi considerada um divisor de águas na história intelectual da humanidade e especialmente na história de cada língua, sobretudo no Ocidente, pelo valor político e cultural que as traduções e os tradutores passaram a assumir: “[...] o Ocidente dedicou tanta atenção às traduções, pois o seu texto central, a Bíblia, foi escrito em uma língua que não podia ser compreendida prontamente e, por isso, foi obrigada a confiar nos tradutores para legitimar o poder” (LEFEVERE, 2003, p. 3). Temos, por exemplo, a tradução para francês, publicada em 1528 por Jacques Lefevre d’Étaples (ou *Faber Stapulensis*); a tradução para o espanhol, publicada na Basileia em 1569 por Casiodoro de Reina (*Bíblia del Oso*); a tradução para o tcheco, publicada

2 “[...] the West has paid so much attention in translation because its central text, the Bible, was written in a language it could not readily understand, so that it was forced to rely on translators to legitimize power.”

em Kralice entre 1579-1593; a tradução para o inglês, conhecida como Bíblia do Rei James, publicada em 1611; e a tradução para o holandês, conhecida como *The States Bible*, publicada em 1637. Todas essas traduções, guardadas as devidas proporções, causaram muito impacto cultural e linguístico em seus países. Entretanto, a tradução de Lutero para o alemão merece algum destaque, principalmente pelas declarações e explicações que ele deixou a respeito da sua tradução e das suas escolhas.

Numa das anotações feitas por seus alunos e colaboradores durante encontros informais (as chamadas “Conversas à mesa”), Martinho Lutero (1532 apud FURLAN, 2004, p. 13) afirma que a “A verdadeira tradução é a adaptação do que foi dito numa língua estrangeira à sua própria língua.” Ocorre que a “própria língua” de Lutero não estava bem consolidada quando ele se propôs a traduzir a Bíblia. Naquela época, o que hoje se conhece como alto-alemão era um conjunto de dialetos distintos, nem sempre compreensíveis entre si.

Ciente da importância política e religiosa de unificar a língua, Lutero se propôs a compor um alemão *standart* a partir daqueles dialetos existentes, a fim de que o povo pudesse se identificar com aquela língua e, por tabela, com aquela Bíblia. É por isso que na sua Carta Aberta sobre a Tradução, publicada em 1530, ao criticar traduções anteriores à sua, decalcadas do latim, Lutero afirma:

Assim, quando Cristo fala: *Ex abundantia cordis os loquitur*. Se eu fosse seguir esses asnos, eles me apresentariam a letra e traduziriam assim: *Aus dem Überfluss des Herzens redet der Mund* [Da abundância do coração fala a boca.] Diga-me: isso é falar alemão? Que alemão entenderia uma coisa dessas? Que coisa é *abundância do coração*? Nenhum alemão poderia dizer isso, a não ser que quisesse dizer que alguém tem um coração demasiado grande ou tem coração demais; embora isto também não seja correto. Pois, *abundância do coração* não é alemão, assim como não é alemão *abundância da casa*, *abundância da estufa*, *abundância do banco*, porém *assim* fala a mãe em casa e o homem comum: *We das Herz voll ist, des gehet der Mund über* [A boca fala daquilo de que o coração está cheio]. Isto é falar um bom alemão, pelo que eu me esforcei, e infelizmente nem sempre consegui ou o encontrei. Pois as letras latinas dificultam muito a formulação para se falar em bom alemão (LUTERO, [1530] 2006, p. 105).

As declarações e explicações de Lutero sobre as suas opções tradutórias são repletas de comentários desse tipo, marcados por um humor ácido. Independente disso, interessa ressaltar que no grande projeto de tradução de Lutero estava presente uma outra preocupação: a empreitada de reforma da língua alemã. Essa postura coloca a Bíblia de Lutero ao lado daquelas traduções que

constituíram marcos na formação e consolidação política de uma língua, como a Odisseia de Lívio Andrônico no caso do latim.

Na contramão do espírito protestante, a Igreja Católica manteve uma atitude ambivalente em relação às traduções da Bíblia, fato que se vincula ao processo de “inculturação”, entendido como as formas de materialização e incorporação da fé e da religião nas diversas culturas. Nesse processo, a tradução se torna um problema central, uma vez que o texto bíblico é a referência principal da fé católica. Assim, em 1965, em uma fala destinada aos tradutores, o Papa Paulo VI teria declarado que as línguas vernaculares seriam *vox ecclesiae* (a voz da Igreja); tal declaração teria sido publicada em latim, o que revelaria uma ambivalência nas atitudes da Igreja em relação à tradução, isso porque “[...] enquanto o Conselho sublinhou a prioridade da “Fé” em relação à cultura, alguns teóricos recentes parecem considerar a cultura como a principal fonte e norma da fé”³ (BEALL, 1996, p. 1).

No embalo dessas reflexões, acredita-se que ainda está por ser contada uma história da língua portuguesa que focalize o papel das traduções. Não só as “cópias” do Testamento de Afonso II merecem destaque nesse contexto, mas também a Bíblia de João Ferreira de Almeida, a tradução de textos científicos no período da expansão marítima (MACHADO, 2010) e, se quisermos expandir o nosso escopo, a gramática de Fernão de Oliveira (moldada *Grammatica castellana*, de Antonio Nebrija) e – por que não? – Os Lusíadas de Camões, obra composta a partir da imitação da Eneida de Virgílio.

Conforme afirmado no início, nas traduções que participaram do processo de consolidação de uma língua, o tradutor é um falante de uma língua-alvo que tem o papel (político e cultural) de intervir na constituição dessa língua e contribuir para a sua consolidação por meio de uma tradução. Mais importante ainda, no que se refere à historicização de uma língua, as traduções podem deflagrar a diversidade linguística, contribuindo para que uma dada variedade afirme a sua identidade. Tanto no caso das cópias do Testamento de Afonso II quanto no caso da Bíblia de Lutero, nota-se um espaço interessante para o estudo sociolinguístico do problema dos fatores condicionantes, em que variedades linguísticas ou a norma emergem como efeitos de diferentes manobras tradutórias.

3 “[...] while the Council stressed the priority of ‘the Faith’ over culture, some recent theorists seem to regard culture as the ultimate source and norm of faith.”

2.3 A tradução como instrumento de poder no Brasil colonial.

A tradução como procedimento político faz parte da história de constituição e consolidação de civilizações, nações, povos e grupos sociais variados. É o que se percebe, por exemplo, nos empreendimentos coloniais a partir das grandes navegações nos séculos XV-XVI que se alimentaram, como estratégia colonial, das traduções: “O colonizador utilizou as traduções como uma maneira de oprimir o colonizado”⁴, embora, evidentemente, sempre reservando espaços de resistência para os povos subjugados, afinal “[...] o colonizado utilizou a tradução para manter a cultura e tradição indígenas”⁵ (DAS, 2008, p. 85). Para tanto, foi produzida uma gama de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) das línguas consideradas exóticas com fins de doutrinação religiosa e promoção dos valores dominantes na língua dos subjugados, fenômeno conhecido como gramatização (AUROUX, 2000). E nesse processo de tradução no período colonial, especialmente por motivações políticas e evangelizadoras, “[...] muitos vocábulos e catecismos comportam elementos linguisticamente ininteligíveis [...]” (AUROUX, 2009, p. 80). Tal fato abre “brechas” para que fenômenos de variação e mudança linguística ocorram, uma vez que “[...] a norma escrita veiculada pelas gramáticas transforma as pronúncias, [...] ela pode suscitar novas associações semânticas, ou ainda novas reinterpretações morfológicas das unidades.” (AUROUX, 2009, p. 72). Isso para mencionar apenas aspectos estruturais das línguas. Contudo, é preciso considerar também que as traduções não implicam apenas a busca por correlações estruturais entre línguas; há que se levar em conta, também, a tradução de aspectos discursivos, como os gêneros (orais e escritos), as visões de mundo, a cultura de um dado grupo social, entre outros.

A título de ilustração, José de Anchieta traduziu para o tupi três gêneros discursivos circulantes pela Europa: os diálogos, as líricas e os autos. Os primeiros, amplamente presentes na Espanha, se baseavam no Catecismo Romano (como a *Disputatio Puerorum*, em uso desde o século XI) e visavam ajustar os comportamentos à moral cristã através de uma estrutura composicional que se assemelhasse à modalidade oral. Já as líricas, que deveriam ser cantadas por todos, também eram gêneros literários amplamente circulantes na Europa – conhecidas em Portugal como as cantigas dos colonos –, que ao serem transpassadas para a língua indígena, adotavam temas religiosos maniqueístas e uma estrutura composicional na forma de rimas:

Através dessa nova modalidade de criação de textos em língua indígena, Anchieta

4 “The colonizer used translations as a means to oppress the colonized [...]”

5 “[...] the colonized used translation to maintain the indigenous culture and tradition.”

traduzia a tradição literária ibérica para a cultura do nativo. Em suas poesias, a rima, a métrica e o ritmo são característicos da versificação românica e a sonoridade é tupi (FILHO, 2007 p. 77).

Notamos a dimensão híbrida presente nos processos de tradução, desvelando que a mescla cultural implica, também, relações de poder e de resistência, uma vez que a sonoridade tupi, provavelmente ausente de significado ideológico para os evangelizadores, carrega significados culturais decifráveis apenas para aqueles imersos na cultura indígena:

O Grande Som Primeiro – também chamado Tupã Tenondé, expressão desdobrada das palavras *tu* (som), *pan* (sufixo indicador de totalidade), *tenondé* (primeiro, início) – era como no século XVI os Tupinambá tentaram comunicar aos religiosos estrangeiros quando eram interrogados a respeito do conceito indígena de Deus; no entanto [...] aqueles que vieram do outro lado das Grandes Águas entenderam apenas um aspecto superficial desse Altíssimo Ser-Trovão (JECUPÉ, 2001, p. 33).

Os autos, totalizando oito produções de Anchieta, eram inspirados nas peças de teatro portuguesas – especialmente em Gil Vicente –, enredavam temas religiosos, tinham uma tonalidade pedagógica, envolviam personagens indígenas, bíblicas e históricas, eram polilíngues, e finalizavam com música e dança, numa tentativa de incorporação da cultura indígena (FILHO, 2007).

Ainda sobre o processo de tradução que caracterizou as evangelizações no Brasil colonial através da criação de gramáticas das línguas indígenas e da tradução de textos cristãos em língua indígena (por José de Anchieta, Luís Figueira, Luís Vincencio Mamiani, Leonardo do Vale e Antônio Vieira, entre outros), reiteramos que não se tratava de uma estratégia colonizatória que impedia qualquer forma de resistência aos grupos subjugados: se, por um lado, as ideologias religiosas e lusitanas se impuseram mediante a tradução desses discursos para as línguas indígenas, conforme se percebe no verso ensinado pelos jesuítas e entoado pelos meninos indígenas: “*O Virgem Maria / Tupan ey êté / Aba pe ara porá / Oicó endêyabê.*” A tradução: “Ó Virgem Maria, mãe de Deus verdadeira, os homens deste mundo estão bem convosco” (FREYRE, 2003, p. 111); por outro lado, “essa ‘tradução’ foi re-traduzida, ou seja, de-codificada pelos destinatários indígenas da mensagem cristã: o resultado foi a produção de uma religião ‘híbrida’, no interior de uma cultura de contato” (POMPA, 2001, p. 80), ou, em outros termos, de um catolicismo indígena (FILHO, 2007). Com isso, a recepção dos discursos evangelizadores pelos indígenas não ocorria na mesma “chave interpretativa” que a dos cristãos e portugueses, e o resultado

disso foi o hibridismo religioso, linguístico e discursivo que emergia dos contatos entre os colonizadores e colonizados, o que se evidencia, por exemplo, pela reinterpretação de sistemas simbólicos cristãos pelos indígenas: “os resultados do transplante da religião europeia no imaginário indígena criavam, em última instância, uma terceira religião ou credo entre os nativos, que somente a situação colonial tornaria propícia” (FILHO, 2007, p. 97).

Os hibridismos linguístico-discursivos presentes no processo de tradução incluíam a incorporação ao universo linguístico indígena de palavras portuguesas ou latinas, amálgamas lexicais (radicais em português e sufixos em língua indígena), elaborações sintáticas ibéricas em língua indígena para expressar sentidos não existentes nessa língua, expansões e apropriações de significados de termos indígenas pelos tradutores, e mescla de termos das duas línguas (POMPA, 2001; FILHO, 2007). Exemplificando a expansão e apropriação de significação, o termo tupi *Anhangá* foi utilizado pelos missionários para designar demônio, em oposição a Deus (*Tupã*), e era usado para demonizar os comportamentos e rituais indígenas; por outro lado, na cosmogonia indígena, diferentemente de uma visão maniqueísta, o mesmo termo designava um elemento sobrenatural que protegia a floresta e os animais, sem qualquer conotação negativa (FILHO, 2007). Além disso, neologismos em língua tupi eram criados para veicular sentidos cristãos: o termo *tupãoka* (*Tupã* + *óka*) designava ‘igreja’ e a palavra ‘inferno’ era traduzida como *Anhangá ratá* (fogo de *Anhangá*), construção que, evidentemente, não carregava a mesma significação em ambas as culturas. Também havia termos que, devido ao significado simbólico para a Igreja, não eram traduzidos, como ‘domingo’, ‘Virgem Maria’, ‘Santa Igreja’, entre outros, como se percebe no início da prece: “Ave Maria, graça *resé tynysémbae* (Ave Maria, cheia de graça)” (FILHO, 2007, p. 185).

Assim, ao consideramos o papel da tradução no processo de colonização dos povos indígenas no período colonial, há que se considerar que, por um lado, uma série de instrumentos linguísticos decodificaram e sistematizaram essas línguas com vistas a favorecer e possibilitar a tradução de textos portugueses para uma língua homogeneizada por aqueles instrumentos; por outro lado, esses discursos (cristãos e lusitanos) ao circularem no interior de línguas indígenas, não foram apropriados passivamente, mas ressignificados/retraduzidos à luz do universo cultural dos povos indígenas, isso porque “a tradução [...] não é um processo que ocorre apenas na cabeça do tradutor. O leitores decidem acatar ou rejeitar traduções”⁶ (LEFEVERE, 2003, p. 5).

6 “Translation [...] is not a process that happens only in the translator’s head. Readers decide to accept or reject translations.”

Considerações finais.

Os três casos apresentados permitem visualizar o potencial da abordagem da tradução na historicização das línguas. Longe de ser um fenômeno periférico, a tradução parece estar no centro do processo de constituição, consolidação e, porventura, estratificação das línguas. O caso das cópias do Testamento de Afonso II ilustra a promoção da diversidade linguística no mundo lusófono no início XIII; e o contexto de produção daquelas cópias – que podem ser vistas como traduções – revela tanto a promoção da estratificação linguística, como a concorrência, em termos de prestígio, entre a variedade do norte (destituído da capital do reino) e a variedade do eixo Coimbra-Lisboa (local da nova capital). O caso da Bíblia de Lutero, já bastante explorado por outros estudiosos, constitui um marco no estabelecimento e normatização do alto alemão (*hochdeutsch*) por levar ao texto sagrado – e, portanto, dotar de prestígio – formas típicas de dialetos populares, até então marginalizados pela Igreja, hoje constituintes da língua oficial alemã. As traduções para o tupi e outras línguas indígenas no Brasil colonial mostram uma via de mão dupla, em que, por um lado, os portugueses visaram aculturar os indígenas, introduzindo em suas línguas novos gêneros e provocando a derivação de novos vocábulos; por outro, o processo de recepção das traduções pelos povos indígenas não foi passivo e favoreceu a emergência de fenômenos culturais, linguísticos e discursivos híbridos. Nos três fenômenos analisados nota-se o papel das relações de poder como promotoras de processos tradutórios e (des)estabilizadoras de variedades linguísticas e línguas.

Por fim, acreditamos que casos tradutórios de outras naturezas possam ser invocados na tentativa de historicizar línguas, tendo em vista o caráter interdisciplinar dessa abordagem e os diversos fatos linguísticos que se cruzam no fenômeno da tradução. Recontar a história das línguas pelo viés das traduções, ao que nos parece, tanto instaura uma nova perspectiva de estudo e de compreensão da dinâmica das línguas que possibilita colocar em diálogo três campos do saber, entre eles, os Estudos da Tradução, a Linguística Histórica e a Sociolinguística; como lança luz sobre a importância da dimensão discursiva na historiografia das línguas, pontuando, por exemplo, o papel da tradução de gêneros e de discursos como modos de apreensão, compreensão e (re)significação do mundo.

Referências bibliográficas.

- BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso [1952-53]. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BEALL, Stephen M. Translation and Inculturation in the Catholic Church. *Adoremus bulletin*. Online Edition - Vol. II, No. 6, 1996. Disponível em <http://www.adoremus.org/1096-Beall.html>. Acesso em 23 jan. 2013.
- CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- COSTA, Avelino de Jesus da. Os mais antigos documentos escritos em português. *Revista Portuguesa de História*, v. XVIII, Coimbra, 1979.
- DAS, Bijay Kumar. *A handbook of translation studies*. Nova Delhi, Índia: Atlantic, 2008.
- FILHO, Paulo Edson Alves. *Tradução e sincretismo nas obras de José de Anchieta*. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Língua Inglesa e Literaturas Inglesa e Norte-Americana, Universidade de São Paulo (USP), 2008.
- FREYRE, G.. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 481 ed. São Paulo: Global, 2003.
- FURLAN, Mauri. “A teoria de tradução de Lutero”. In: Annete Endruschat & Axel Schönberger (orgs.). *Übersetzung und Übersetzen aus dem und ins Portugiesische*. Frankfurt am Main: Domus Editoria Europaea, 2004. p. 11-21.
- HUBER, Joseph. *Gramática do português antigo*. Trad. Maria Manuela Gouveia Delile. Lisboa: Fundação Gulbekian, 1986.
- JECUPÉ, Kaka Werá. *Tupã Tenondé: a criação do Universo, da Terra e do Homem segundo a tradição oral Guarani*. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- LUTERO, Martinho. Carta aberta sobre a tradução. Trad. Mauri Furlan. In: FURLAN, M. (org.). *Clássicos da teoria da tradução: Renascimento*. Florianópolis: UFSC/NUPLITT, 2006. v. 4. pp. 94-118.
- LEFEVERE, André. *Translation/History/Culture: A sourcebook*. Londres/Reino Unido: Routledge, 2003.
- LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (organizadores). *O português afro-brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MACHADO, Cristina de Amorim. *O papel da tradução na transmissão da ciência: o caso do Tetrabiblos de Ptolomeu*. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), 2010.
- MARTINS, Ana Maria. *Elementos para um comentário linguístico do Testa-*

- mento de Afonso II (1214)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1985.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2004). *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial.
- _____. Orientações atuais da Lingüística Histórica brasileira. *DELTA*. 1999, vol.15, n.spe. pp. 147-166. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44501999000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20 jan. 2013.
- NARO, Anthony J. A história do *e* e do *o* português: um estudo de deriva linguística. In: NARO, Anthony J. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973. pp. 9-51.
- NOLL, Volker. *O português brasileiro*. São Paulo, Globo, 2008.
- PIEL, Joseph Maria. Considerações sobre a metafonía portuguesa. *Biblos*, v. VIII, 1942, pp. 365-371.
- POMPA, Maria Cristina. Religião como tradução: Missionários, Tupi e Tapuia no Brasil colonial. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2001.
- RICOEUR, Paul. *Sobre a tradução*. Trad. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Edições Cotovia, 2005.
- ROBINS, R. H. *Pequena História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1983.
- WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.
- WILLIAMS, Edwin. *Do latim ao português*. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa. Trad. de Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975